

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

No Orçamento do Estado para 2020, sobre Ensino Profissional, pode ler-se:

“Dinamizar o ensino profissional constitui outro objetivo importante, apostando-se na expansão e na centralidade desta via de ensino, na sua valorização social e no seu reconhecimento, demonstrando a sua relevância e a atratividade das ofertas de dupla certificação. Este desígnio será alcançado através de medidas para:

- *Consolidar a rede de ofertas de ensino profissional, alinhadas com as necessidades territoriais, através do Sistema de Antecipação das Necessidades de Qualificação (SANQ);*
- *Aumentar o sistema de garantia da qualidade alinhado com os padrões europeus (EQAVET);*
- *Desenvolver e atualizar o Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ);*
- *Intensificar a participação do setor empresarial e das comunidades intermunicipais na identificação das necessidades de qualificação, no desenho das ofertas e dos conteúdos e na organização da formação em contexto de trabalho.”*

Por outro lado, pretende o Governo garantir a valorização e a sustentabilidade da profissão docente.

Durante dezenas de anos as Escolas Profissionais Privadas substituíram-se ao Estado, garantindo um ensino profissional de qualidade e, por conseguinte, contribuindo para aquele que é agora um desígnio europeu e nacional de ter 50% dos alunos do ensino secundário a frequentar o ensino profissional.

Mas existe uma desigualdade na contagem do tempo de serviço dos professores profissionalizados, “efetivos”, a lecionarem cursos profissionais em escolas públicas e em escolas profissionais privadas. Enquanto que, no primeiro caso, um professor profissionalizado, pertencente ao quadro de agrupamento, com horário completo, a lecionar cursos profissionais,

no final do ano letivo tem a contabilização de 365 ou 366 dias de serviço, consoante se trate de um ano bissexto ou não, um professor profissionalizado, efetivo, numa escola profissional privada, com horário completo, no final do ano nem 300 dias de trabalho são contabilizados.

Isto acontece porque só são calculadas as horas efetivamente lecionadas. Não são contabilizadas as horas de componente não letiva, e que fazem parte do horário docente, nem as interrupções letivas.

Face ao envelhecimento do corpo docente, podemos assistir a um abandono dos docentes das escolas profissionais privadas colocando não só em causa a qualidade de ensino, mas também as metas europeias e nacionais no que ao ensino profissional diz respeito e a sua respetiva diversificação, tendo em conta o SANQ e o trabalho de articulação que anualmente é feito com as comunidades intermunicipais e a DGESTE. Trata-se de professores, até da mesma disciplina, com as mesmas qualificações, a exercer o mesmo horário e as mesmas funções.

Face ao exposto, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata abaixo assinados, vêm solicitar, através de Vossa Excelência, ao Senhor Ministro da Educação, resposta às seguintes perguntas:

1. Quais as razões que justificam esta evidente situação de desigualdade entre docentes?
2. Qua medidas concretas serão tomadas de forma a corrigir esta desigualdades e qual será o seu prazo de implementação?

Palácio de São Bento, 4 de janeiro de 2021

Deputado(a)s

MARIA GABRIELA FONSECA(PSD)

JORGE PAULO OLIVEIRA(PSD)

FIRMINO MARQUES(PSD)

RUI SILVA(PSD)

EMÍDIO GUERREIRO(PSD)

MARGARIDA BALSEIRO LOPES(PSD)

ISAURA MORAIS(PSD)

ANTÓNIO CUNHA(PSD)

CARLA MADUREIRA(PSD)

ALEXANDRE POÇO(PSD)